



Anais da Assembléia

N. 37

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE MAIO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 30.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 1986.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Djalma de Almeida César.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nestor Baptista, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Augusto Carneiro, Donato Gulin, Edilson Alencar, Ferrari Júnior, Francisco EScorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Rubens Bueno e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N. 55/86

Curitiba, 25 de abril de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Guarda Mirim de Engenheiro Beltrão, a data de terras, n. 15, da quadra n. 36, com 779,80², situada na sede do Município de Engenheiro Beltrão e objeto do registro n. R.01/7.599, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativa e consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que o imóvel cuja doação se pretende efetivar será, conforme dispositivo expressamente contido no anexo Plano de Lei, destinado às instalações da sede da Guarda Mirim de Engenheiro Beltrão, e de acomodações para menores carentes. É também, previsto que da respectiva escritura de doação deverão constar cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade do imóvel, bem como de reversão automática do mesmo ao patrimônio do Estado, caso haja utilização diversa da estabelecida ou que a Entidade donatária seja extinta ou tenha suas finalidade alteradas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

90/86

Art. 1.^o - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Guarda Mirim de Engenheiro Beltrão a data de terras n. 15, da quadra n.36, com 779,80m², situada na cidade de Engenheiro Beltrão, objeto do registro R.01/7.599, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2.^o - A data de terras de que trata o artigo anterior destina-se às instalações da sede da entidade beneficiária e de acomodações para atendimento de menores carentes, sendo gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e, ainda, de reversão automática ao patrimônio do Estado, caso o imóvel tenha outra utilização ou ocorra extinção ou alteração das finalidades da donatária.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo deverão constar do título de transferência do bem.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n. 75/85, de sua autoria, e que cria o Conselho de Suinocultura.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 25/86.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) ERVIN BONKOSKI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para a Proposição n. 66/86, de sua autoria, que dispõe sobre alteração da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) JORGE MAIA FILHO

Líder do PFL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n. 30/86, de sua autoria, e que proíbe aos estabelecimentos da rede estadual de ensino a cobrança de taxas.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n. 65/86, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido

na cidade de Kaloré em data de ontem, do Senhor José Eduardo do Nascimento, aos 83 anos de idade.

Tal passamento vem de consternar a sociedade de Kaloré onde o extinto gozava de largo prestígio e grandes laços de amizade.

Agricultor e pioneiro do desbravamento daquela rica região de nosso Estado, deixa viúva a Senhora Gabriela Germano do Nascimento e 7 filhos.

Requer, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DAMÁZIO FERREIRA MAYER, ocorrido em 28 de abril de 1986, na cidade de São Mateus do Sul.

O extinto era pai do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e membro de tradicional família daquela cidade.

Outrossim, solicito que seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho Senhor LAURIVAL K. MAYER e irmãos.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da SENHORA ZAKUI JORGE, ocorrido na data de hoje.

Requeiro outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação de voto de pesar pelo falecimento do senhor ANTÔNIO SELUSNAK, Presidente de honra do Diretório do PMDB de Mandirituba, ocorrido naquele município.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Antônio Selusnak, conhecido industrial no Município de Mandirituba,

era figura por demais benquista nas hostes políticas. Foi fundador do PMDB local e era, na atualidade, seu presidente de honra.

Casado com Dona Maria Carmita, deixa também os filhos: Fauri Arildo, José Altair e Antônio Selusnak Filho.

O extinto tinha 61 anos de idade e será sepultado no dia de hoje (05 de maio), no cemitério municipal de Mandirituba.

Pede-se a inserção nos Anais desta Casa, dando-se a devida ciência à família enlutada com o nosso profundo sentimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do cidadão paranaense Senhor João Lourenço da Silva, ocorrido na última semana em Bocaiúva do Sul.

Requer, ainda, que desta manifestação do Poder Legislativo seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

João Lourenço da Silva faleceu dia 1º de maio último, na localidade de Queimadinho, Município de Bocaiúva do Sul, aos 76 anos de idade. Agricultor de profissão, João Lourenço descendia da tradicional família Vidal, pioneiros da colonização do tradicional Arraial de Queimados, que há mais de dois séculos povoou a antiga região do Nordeste paranaense, no caminho dos jesuítas entre São Paulo e Curitiba, que depois se transformou na Estrada da Ribeira.

De jeito simples, João Lourenço criou uma numerosa família e se destacou, em sua região natal, pela firmeza de suas convicções e pela honradez de sua conduta. Sua palavra era acatada nos tribunais como a expressão da verdade, porque aquele ancião de cabelos brancos e de fala mansa era reconhecidamente um homem de princípios sólidos.

Nos últimos anos de sua vida, já aposentado pelo FUNRURAL, João Lourenço se dedicou à luta pela pavimentação da Estrada da Ribeira que ele, quando moço, ajudara a construir. Morreu sem ter visto seu sonho concretizado, mas já esperançoso pela abertura da concorrência do primeiro trecho, ligando Curitiba à Bocaiúva do Sul, formalizada pelo Governador JOSÉ RICHÇA.

Que o exemplo de vida digna e socialmente útil deixado por João Lourenço da Silva, possa servir de modelo para todos nós paranaenses, são os votos que animam

este parlamentar ao pleitear a manifestação solene da Casa de Leis do Paraná, em respeito à memória de tão ilustre cidadão de nossa terra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações ao vice-Prefeito do Município de Londrina, doutor Délio Nunes Cesar, pelo excelente desempenho à frente da Secretaria Geral da Prefeitura daquela cidade.

Advogado brilhante, honrado, teve uma atuação digna do reconhecimento desta Casa de Leis.

Afasta-se das funções para dedicar a atividades particulares, deixando um enorme vazio na administração municipal daquele município.

Requeiro que a decisão dos Senhores Deputados seja comunicada ao homenageado, através da Prefeitura Municipal de Londrina, com votos de êxito nas novas atividades.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de congratulações ao Senhor Prefeito de MORRETES, ORLANDO CONFORTO, que juntamente com sua equipe, coadjuvados com a ACARPA, realizaram a III FESTA-FEIRA AGRÍCOLA E ARTESANAL, recebendo durante 8 (oito) dias mais de 30.000 mil pessoas, visitando as dezenas de barracas que expuseram seus produtos, fruto do trabalho do laborioso povo de Morretes.

O exito foi total, tendo suplantado as mais otimistas das expectativas e o faturamento global rendeu para os feirantes quase um milhão de cruzados. De parabéns portanto o Senhor Prefeito e sua equipe de governo.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de congratulações ao Município de Morretes pela realização da III FESTA-FEIRA AGRÍCOLA E ARTESANAL, realizada no período de 26 de abril a 4 de maio findo, no referido município, numa promoção da Prefeitura local e da ACARPA.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

JUSTIFICATIVA:

Revestida de absoluto êxito foi a III FESTA-FEIRA AGRÍCOLA E ARTESANAL DE MORRETES, recentemente realizada naquele município.

O evento, promovido pela Prefeitura Municipal local e com o apoio da ACARPA, a exemplo dos anos anteriores reuniu muitos horticultores, granjeiros e artesãos locais, dele participando uma infinidade de pessoas tanto do litoral, como da Capital e de outros municípios.

Em face do sucesso colhido, pede-se constar nos Anais desta Casa um voto de congratulações ao Prefeito Orlando Conforto, à ACARPA e à Comissão Organizadora da exposição. Parabenizando a todos, pede-se cientificá-los da decisão tomada na presente sessão com o envio de expediente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER, à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de congratulações à população de União da Vitória, representada pelos Senhores Prefeito Municipal e todos os Senhores Vereadores; e de aplausos ao Governo do Estado, representado pelo Senhor Governador e Senhor Secretário dos Transportes, pela inauguração da Ponte Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, construída em União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, Senhor Secretário dos Transportes, Senhor Prefeito e todos os Senhores Vereadores de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Construída sobre o Rio Iguaçu, ligando o centro de União da Vitória com o Bairro São Cristóvão, sobre o eixo da BR-476, a Ponte Domício Scaramella, com seus 470,50 metros, é a maior obra de arte especial construída no Brasil, a cargo de um Governo Estadual. A obra, maior realização da Administração José Richa, vai superar o grande bloqueio que a transposição do grande rio representava para o desenvolvimento de União da Vitória, município-polo da Região Sudeste do Paraná, além de permitir a integração dessa área com o Norte Catarinense.

Ainda mais, ao receber o nome de Deputado Domício Scaramella, a ponte rodoviária de União da Vitória homenageia um dos homens públicos mais ilustres e coerentes que o Paraná teve, e que durante toda sua

vida pública procurou se preservar sempre como um patrimônio de integridade pessoal e de liderança democrática. A presença, na cerimônia de inauguração ocorrida no último dia 1º de maio, da Excelentíssima Senhora Dona ELY SCARAMELLA, viúva do saudoso parlamentar, bem como seus familiares, simbolizou o afeto que o povo e autoridades de União da Vitória, e os governantes paranaenses, têm pela memória de Domício Scaramella.

Por isso, os paranaenses de União da Vitória - como este Parlamentar - multiplicamos nossas expressões de júbilo e satisfação pela inauguração da Ponte "Domício Scaramella", que abre as portas do comércio internacional via Porto de Paranaguá e da efetiva integração como um todo nacional, para a centenária e produtiva Região sudeste do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao Doutor NELSON ROBERTO PLÁCIDO E SILVA JUSTUS pela sua assunção na Presidência da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).

Advogado e empresário ligado à construção civil, assume a direção da COHAPAR para dar continuidade ao trabalho que vinha sendo efetivado pelo ex-Presidente Teobaldo Machado, dando prosseguimento ao programa e diretrizes estabelecidos pelo Governo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Doutor NELSON.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao médico Nuno Balallai, presidente do Instituto do Câncer de Londrina, mantenedor do Hospital Antônio Prudente, fundado pela inesquecível Lucila Balallai.

Com médicos, enfermeiros e funcionários dotados do mais alto espírito humanitário, nesse hospital milhares de pessoas, oriundas dos mais diversos municípios paranaenses e até de outros Estados, são atendidas com profundo amor e dedicação.

O Hospital Antônio Prudente está dotado dos mais modernos equipamentos para o tratamento desse que é considerado o "mal do século" e que tem tirado a vida de mi-

lhões de criaturas humanas em todo o mundo.

Faltam muitas verbas, os recursos financeiros são escassos, mas ali não falta o amor dos médicos, enfermeiros, atendentes e funcionários, que se empenham com muita vontade e dedicação para salvar vidas humanas preciosas de crianças, jovens e velhos afetados pela grave doença. Poucos no Brasil fazem tanta caridade como a equipe do Hospital Professor Antônio Prudente, que trabalha num verdadeiro regime de comunhão fraternal, como se todos pertencessem a uma mesma família.

Esta Assembléia Legislativa não pode deixar de render sua gratidão por tão relevante prestação de serviço, para, inclusive, servir de estímulo a outros brasileiros, para que sigam tão edificante exemplo de amor à vida humana.

Que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao doutor Nuno Balallai, à Rua Lucila Balallai, 212, em Londrina, com votos de compreensão dos órgãos públicos para a liberação de recursos condizentes com as reais necessidades da instituição e que os paranaenses também não faltem com o sagrado dever de destinar suas doações, possibilitando o atendimento e tratamento de todos os carentes.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o registro nos Anais da Casa, de voto de louvor pelo transcurso do 10.^o aniversário de fundação do jornal "O PARANÁ", da cidade de CASCAVEL. Que, da decisão da Casa, se dê ciência a Editora OPR S/C LTDA. - Rua Pernambuco n. 1592, Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Quando, há dez anos atrás, um grupo de empresários cascavelenses colocaram em funcionamento as rotativas do jornal "O PARANÁ", fizeram-no conscientemente de que não estavam praticando a incursão em mais uma aventura no campo das comunicações sociais. Completando o primeiro decênio de edições diárias ininterruptas, praticando um jornalismo sério e voltado às principais aspirações de Cascavel e do Oeste paranaense, O PARANÁ é hoje um órgão de imprensa consolidado, e que fez por merecer o rito e a consideração de seus leitores. Entendemos, então, que esta Assembléia Legislativa deva se associar às manifestações de júbilo, endereçadas aos que fazem e vivem O PARANÁ, congratulando-se com seus diretores, jornalistas e todo o seu

corpo funcional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente suubscribe, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se registre nos Anais deste Poder, voto de louvor, pela passagem dos 30 anos de fundação da Federação Paranaense de Futebol de Salão, pela realização da 13.^a Copa do Brasil, pelo jantar comemorativo aos 30 anos, pelas presenças de personalidades internacionais e nacionais, pela entrega de títulos de Grandes Beneméritos de Futebol de Salão do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor JOSÉ RICHIA, ao Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário desta Assembléia, Deputado ANIBAL KHURY, ao Ilustríssimo Senhor JANUÁRIO DALÉCIO NETO, Presidente da Federação Internacional de Futebol de Salão, ao Excelentíssimo Senhor AÉCIO DE BORBA VASCONCELLOS, Deputado Federal, ao Ilustríssimos Senhores Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol de Salão VICENTE PIAZZA e CARLOS BITTENCOURT, ao Ilustríssimo Senhor MÁRIO LOPES, de São Paulo e aos Desportistas Paranaenses Senhor JORGE GAZL, Senhor HAMILTON AKIM, de Paranaguá e Senhor ALTINO LIZER, de Guarapuava e, que da decisão desta Casa se dê conhecimento à Diretoria daquela Federação e a todos os homenageados.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

No dia 02 de maio do ano em curso a Federação Paranaense de Futebol de Salão realizou magnífica festa de comemoração pela passagem dos seus trinta anos de fundação reunindo Autoridades, personalidades internacionais e nacionais, além das paranaenses, num conagraçamento, que sem dúvida, marcará época no esporte paranaense.

A Federação Paranaense de Futebol de Salão, entidade que reúne os salonistas do nosso Estado, vem realizando significativo trabalho e projetando cada vez mais o nome do Paraná no cenário desportivo nacional, através deste conceituado e popular esporte brasileiro.

No comando daquela federação encontramos o grande desportista JORGE KUDRI, que embasado no seu brilhante desempenho tem levado adiante as metas e aspirações do povo do Paraná no que diz respeito ao futebol de salão.

Graças aos seus firmes propósitos, encontramos hoje, o nosso futebol de salão, competindo em igualdade de condições com outros centros maiores.

Queremos deixar, nesta ocasião, nossas congratulações ao Presidente Kudri, bem

como aos demais homenageados, por tudo aquilo que realizaram e realizam em prol do nosso esporte.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, entendemos que esta Casa de Leis deve se associar às homenagens prestadas, registrando em seus Anais voto de louvor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o regimento Interno, REQUER, seja encaminhado telegramas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República - Doutor José Sarney e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Doutor Roberto Santos, no sentido de se proceder a liberação de fabrico e comércio de bebidas dietéticas, conforme minutas anexas.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Minutas - Sugestão

Excelentíssimo Senhor

Dr. JOSÉ SARNEY

M.D. Presidente da República Federativa do Brasil.

Brasília - DF

Atendendo preposição do Deputado Estadual Adhail Sprenger Passos, encarecemos suas determinações urgentes sentido liberação fabrico et comercialização bebidas dietéticas legítima aspiração segmentos significativos população brasileira afetada pela diabete et especialmente os jovens.

Renovando ideais democráticos solicitando empenho Vossa Excelência atendimento à reivindicação. Saudações

Excelentíssimo Senhor

Dr. ROBERTO SANTOS

D.D. Ministro da Saúde

Brasília - DF

Atendendo proposição do Deputado Estadual Adhail Sprenger Passos, encarecemos necessidade urgente liberação fabrico comercialização bebidas dietéticas justa reivindicação amplos segmentos população brasileira portadores de diabete et especialmente os jovens solicitando empenho de Vossa Excelência, atendimento reivindicação. Saudações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja alterada a data de outorga de Título de Cidadão Benemérita à Professora Pompília Lopes dos Santos, do dia 28 de maio para 04 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Casa Civil do Governo deste Estado, solicitando liberação de recursos através dos canais competentes para a Secretaria de Estado da Agricultura.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

As sementes de café para os viveiros municipais de Moreira-sales, Goioerê, Janiópolis, Campo Mourão, São Tomé, Terra Boa, Araruna e Quinta do Sol, só não foram colocadas à disposição dos agricultores daquela região por falta de recursos financeiros para este fim na Secretaria de Estado da Agricultura.

Através da liberação imediata desses recursos, os agricultores poderão retomar o plantio da cafeicultura, um dos setores da agricultura brasileira que vem sofrendo mais boicotes por parte de empresas multinacionais interessadas na destruição da cafeicultura brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, solicitando agilização na distribuição do livro "Reflexão e Ação", 7.^a série, para as escolas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A demora na distribuição do referido livro tem causado problemas para os alunos da 7.^a série de todas as escolas paranaenses, uma vez que havia sido incluído no curriculum escolar e até o momento não foi distribuído.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, solicitando a construção de uma Escola para Técnicos Agrícolas no Município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A região de Campina da Lagoa, enquanto região eminentemente agrícola, necessita da formação e capacitação de técnicos agrícolas para atendimento adequado aos produtores rurais na parte de orientação.

Através da formação de técnicos agrícolas, teremos melhor aproveitamento do solo e, em consequência, maior produtividade agrícola que beneficiará a cidade, a região e o Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando melhorias na sinalização da BR-369, no trecho entre as cidades de Campo Mourão e Cascavel.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A sinalização na BR-369, no trecho em referência, é falho em diversas localidades por falta de serviços de conservação. Enquanto uma das principais estradas do país em termos de escoamento de produtos agrícolas, além de corredor de exportação, a referida estrada necessita de maiores cuidados.

Reivindicação neste sentido nos foram transmitidas por motoristas usuários da BR-369 e pelo vereador da cidade de Juran- da, Jair Grigato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes solicitando a sinalização da BR-369, no trecho entre as cidades de Campo Mourão e Cascavel.

Sala das Sessões, em 05/05/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A referida estrada é um dos principais corredores de exportação do país, além de importância capital do escoamento da produção agrícola das regiões mais produtivas do Estado. A falta de sinalização adequada nessa estrada vem causando muitos problemas para os motoristas, inclusive merecendo um alerta por parte do Vereador Jair Grigato, da cidade de Juran- da, quanto ao aumento de acidentes verificados nos últimos meses, possivelmente em decorrência da falta de sinalização adequada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes solicitando o asfaltamento da estrada que liga as cidades de Altamira do Paraná a Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O único impedimento na parte de engenharia que havia para a pavimentação da referida estrada era a falta de ponte sobre o Rio Cantu. Entretanto, de acordo com informação do Vereador José Aparecido Félix, essa ponte encontra-se em fase final de construção, permitindo, dessa forma, a pavimentação asfáltica da estrada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor OTTO BRACARENSE COSTA, Digníssimo Secretário de Estado do Planejamento, solicitando a instalação de unidades de recepção e armazenamento de produtos agrícolas, através de verba do Pró-rural, nos seguintes municípios: Arapoti, Ipiranga, Ortigueira, Piraí do Sul, Reserva e Sengês.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Arapoti, Ipiranga, Ortigueira, Piraí do Sul, Reserva e Sengês, são municípios que mais se destacam na produção agrícola, formadas por expressivo número de pequenas propriedades rurais.

Arapoti, com 1.233km² de área, possui atualmente quase 20 mil habitantes entre a zona rural e urbana, destacando-se no cultivo de feijão, milho, soja, trigo e arroz.

Ipiranga, com mais de 12 mil habitantes numa área de 958 km², tendo como principal cultivo a soja, feijão, trigo, milho, e fumo.

Ortigueira destaca-se pela agricultura do milho, soja, feijão e arroz, numa área de 2.417 km².

Piraí do Sul, hoje, com uma população que se aproxima a 20 mil habitantes entre zona rural e urbana, tem no soja, milho, batata inglesa, trigo e feijão a sua agricultura.

Reserva possui aproximadamente 25 mil habitantes, destacando-se com a plantação

de milho, feijão, trigo, mandioca e soja.

Sengés com mais de 15 mil habitantes, numa área de 1.358 km², é responsável pela plantação de feijão, milho, arroz, trigo e mandioca.

Em síntese, é de fundamental importância a instalação de unidades de recepção e armazenamento de produtos agrícolas, nas referidas localidades, uma vez que permitirá já de início, eliminar uma série de transtornos com relação à época das colheitas, quando especialmente os pequenos agricultores são obrigados a correr sérios riscos, com relação a qualidade dos produtos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, DD. Secretário dos Transportes, solicitando que o mesmo determine estudos para recuperação da Estrada do Cerne, do Km 51 até o município de Castro, numa extensão aproximada de 80 km.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

O trecho compreendido entre o Km 51 e o município de Castro encontra-se em precárias condições de tráfego, necessitando de recuperação em sua pista de rolamento, para que os usuários do mesmo possam transitar com maior segurança, haja visto o aumento do volume de veículos pesados, transportando a produção mineral dos municípios de sua área de influência, tais como talco, cal, calcário e minérios, trafegando ainda através desta ligação uma linha regular de ônibus internacional ligando nossa Capital a Castro, que com a recuperação da estrada virá proporcionar aos seus passageiros um deslocamento com mais segurança e economia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado José Antônio Fonseca, ao final assinado, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, de Vossa Excelência, após aprovação do Plenário, seja enviado ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heins Georg Herwig, pedindo-lhe que agilize todos os esforços no sentido que seja dado início ainda este semestre o trecho asfáltico entre o Município de Missal/Santa Helena, neste Estado.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Entende o Parlamentar, atendendo a aspiração da Região Extremo Oeste, que a reivindicação acima constitui no prolongamento da chamada Estrada do Colono-PR 163 e por representar um escoadouro da produção agrícola desta região, se faz necessário o pronto asfaltamento, uma vez que este trecho ainda não está devidamente programado.

A população da região do Extremo Oeste confia no único governo que soube resgatar a grande dívida para com uma das regiões que mais contribuição tem dado ao Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Diretor Regional do INCRA, Romão Batista Vidal e ao Secretário de Estado da Agricultura, Francisco Albuquerque, solicitando urgência no assentamento dos Sem-Terras acampados no Distrito de São Pedro, no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Encontram-se acampadas no pátio da igreja do Distrito de São Pedro, no município de Toledo, 74 famílias de Sem-Terras que precisam ser assentadas com urgência, pois a situação, no local em que estão vivendo, é precaríssima.

Por outro lado, esta situação torna-se ainda mais inaceitável por sabermos que existe o Plano Nacional de Reforma Agrária, e que não está sendo aplicado com a rapidez e a eficiência que a nossa realidade exige.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa do artigo "A MÁFIA DO BEBÊ", publicado no jornal "O PARANÁ", de Cascavel, edição de 03 de maio de 1986, página 2, de autoria do jornalista Donizetti Adalto.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em certo momento do artigo, diz o autor: "É preciso abrir os olhos para esse crescente interesse por menores brasileiros. Não é porque somos impotentes para resolver a aflitiva situação do menor, que temos que assistir, pacíficos, mergulhados num mutismo nojento, a saída de nossas crianças pelas alas internacionais dos aeroportos, ao arrepio da lei. É ur-

gente se preservar a vida e dar condições dignas de sobrevivência ao menor". Neste trecho, o jornalista e escritor Donizetti Adalto toca no ponto basilar da questão: as condições subumana de vida de grande parte da população brasileira favorecem o tráfico internacional de crianças. Informa o articulista a elaboração de uma "Carta Nacional em Defesa dos Direitos da Criança", como subsídio à Constituinte. Com melhor assistência às famílias carentes e um efetivo combate a esse hediondo ato criminoso, crê Donizetti Adalto que estará dado um grande passo para se extinguir definitivamente a prática delituosa do contrabando de crianças brasileiras para o exterior. Cabe a todos os brasileiros propugnar pelo alcance do proposto pelo jornalista Donizetti Adalto em sua bem colocada matéria.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 23/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - O Art. 1.º e parágrafos da Resolução n. 161/85, passam a vigorar com a seguinte Redação.

"Art. 1.º - Os recursos provenientes da Receita Patrimonial da Assembléia Legislativa do Paraná, poderão ser despendidos com auxílios para entidades de serviços e assistência social através indicação dos senhores Deputados e em despesas de capital.

§ 1.º - Os processos serão relatados pela Comissão de Tomada de Contas do Poder Legislativo e deliberados pela Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná."

§ 2.º - A Coordenadoria de Contabilidade da Diretoria de Apoio Técnico emitirá autorizações de pagamento, que serão levadas a débito da Receita Patrimonial, após a deliberação da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 3.º - Mensalmente, a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, determinará a publicação da receita dos recursos provenientes da Receita Patrimonial apurada no mês, bem como a cota parte cabível a cada Deputado para a distribuição às entidades assistenciais dentro do Estado do Paraná."

Art. 2.º - Esta Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/05/1986.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

Apoiamento: Orlando Pessuti, Antonio Belinati, Fiori Luiz, Márcio Almeida, Airton

Cordeiro, Tuguio Setogutte e Tércio Albuquerque.

JUSTIFICATIVA:

Para que não parem dúvidas sobre o espírito de Justiça Social que norteou as decisões do Senhor Primeiro Secretário e do Presidente desta Assembléia Legislativa quando resolveram aplicar no mercado financeiro, os recursos do Poder Legislativo, transferido pelo Poder Executivo;

Para que se faça justiça aos funcionários desta Poder que colaboraram compulsoriamente para que recursos fossem capitalizados, a custa de terem suas prestações atrasadas e de, sobre tais atrasos, terem pago juros;

Entendemos que o presente Projeto de Resolução conserta harmoniosamente a compulsiva concentração de poder, estendendo a todos os Senhores Deputados, a responsabilidade da distribuição dos recursos provenientes da Receita Patrimonial da Assembléia Legislativa, fazendo chegar os benefícios a todas as regiões do Estado do Paraná.

Se resolvemos aplicar no mercado financeiro o dinheiro do povo, que pelo menos se descentralize a deliberação da destinação de tais recursos, para que não pesse sobre nós a falsidade de falar em democracia e praticar o arbítrio.

PROJETO DE LEI N. 91/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Pr. ao Ministro Dilson Domingos Funaro.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/05/1986

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoiamento: Paulo Furiatti, Tadeu França, Orlando Pessuti, Eduardo Baggio, Dirceu Manfrinato, Amélia Hruschka, Nestor Baptista, Quiêlse Crisóstomo, Nilso Squarezzi, Caíto Quintana, Edmar Luiz Costa, Fiori Luiz, José Antônio Fonseca, Trajano Bastos, Anibal Khury e Tuguio Setogutte.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao jovem representante de Apucarana, Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tomara que, na realidade hoje seja um dia histórico para o Paraná. Pudemos ver órgãos de comunicação que o Governador José Richa despede-se hoje, dos órgãos que compõem os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Tomara que seja um dia memorável, e de que o Sr. Governador José Richa ao despedir-se de seu Governo, para que não seja uma despedida melancólica tenha determinado à sua Bancada do PMDB, que vote favorável à Emenda de nossa autoria, que consigne o piso salarial de três salários mínimos aos Srs. professores. Emenda essa que vem arrastando a discussão há uma semana. Para os Srs. Deputados que aqui não estiveram na sexta-feira pela manhã, pudemos entender uma manobra da Bancada do Governo, para que derrotasse a nossa Emenda, e que tudo passasse em brancas nuvens, numa pálida sexta-feira matinal. Mas, as oposições por todos os cantos do Paraná onde estavam, foram comunicadas desta sessão extraordinária de sexta-feira passada, e nós aqui estivemos defendendo a Emenda de três pisos de salário aos Srs. professores.

E, hoje, continuaremos. Hoje continuaremos porque é nossa obrigação, porque é nosso dever de lutarmos por esta classe que já havia conseguido, depois de tantos anos, o piso de 2.2. e que foi tentada retirar pelo Sr. Governador baixando para 1.7.

Eu tenho certeza, de que, de um acordo de cavalheiros feito entre esta Liderança do Partido da Frente Liberal representada por mim, e a Liderança do PMDB representada pelo Deputado Nestor Baptista, o acordo feito na semana passada, sexta-feira, na reunião realizada, de que hoje a emenda de minha autoria e assinada por todos os Deputados do Partido da Frente Liberal, entraria em discussão, entraria em debate, e naquela ocasião, já o Líder do PMDB disse que iria reunir a sua bancada, para acatar o que seria melhor.

Disse também, naquela ocasião o Líder do PMDB, que o 2.2 foi uma determinação da sua bancada ao Governador, para que mandasse o projeto para esta Casa.

Tenho certeza, e acredito na palavra do Líder do PMDB, que deve ter reunido a sua bancada, e ter determinado ao Governador, de que ele mandasse os seus liderados a votarem favorável ao piso de três salários-mínimos. Nós iremos discutir a situação do piso salarial e eu tenho a certeza de que irei ao debate com o Líder do PMDB e, nós saberemos hoje, se o PMDB se coloca na realidade, ao lado dos professores, ou na realidade ao lado de enganar e de não cumprir as promessas prometidas em campanha.

Nós iremos discutir por toda essa ses-

são, tenho certeza, e tenho certeza de que o meu debate com a Liderança do PMDB, deverá no final surtir frutos favoráveis, aos Senhores professores.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente, devo manifestar o meu pesar pelo falecimento do ex-Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, membro da Procuradoria Geral do Estado, do Tribunal de Contas do Estado, tributarista emérito do Paraná, Luís Fernando Van Der Brook que sem dúvida alguma, deixa um vazio muito grande, na ciência jurídica do nosso Estado.

O Deputado Jorge Maia, há pouco, abordou a questão crucial da educação no Paraná. Imaginávamos que este seria um assunto para tomar conta de muitas sessões da Assembleia Legislativa, pela aflição em que se encontram os professores paranaenses que, entre frustrados e angustiados, revelam publicamente a sua decepção com o Governo José Richa.

Não bastasse a presença importante dos mestres que aqui estão, também estão sendo mostradas aos Deputados, as faixas que não só simbolizam, mas materializam claramente, o que pretendem os professores do Paraná. Diz uma delas - CADÊ A PROMESSA DO RICHÁ? PISO DE 3 SALÁRIOS- MÍNIMOS AO PROFESSOR?; Outra: APP - PISO, 3 SALÁRIOS-MÍNIMOS; outra: PAGAMENTO PELA MAIOR HABILITAÇÃO - APP NÚCLEO DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.

E, assim, sucessivamente, se possível fosse a leitura do pensamento, do que diz o pensamento de cada professor paranaense, com segurança nós estaríamos contemplando, neste momento, não só o desagrado, mas a revolta e a profunda decepção do Magistério do Paraná. Mas não é, infelizmente, só a Educação que dá motivos para que este Deputado venha à tribuna neste momento, também a segurança pública paranaense está atravessando uma crise das mais sérias.

Há pouco, o Município de Maringá foi abalado por um episódio o entristecedor, envolvendo nenhum Vereador da Oposição, mas um Vereador do próprio PMDB, o Vereador José Maria Bernardelli.

Como é do meu hábito, procurei um contacto pessoal com o Vereador, para me inteirar dos fatos, e soube que, a sua prisão, a sua detenção e a descoberta de uma droga no seu veículo, não passa de uma armadilha da Polícia Civil de Maringá, polícia controlada pelo PMDB; aqui em Curitiba, nas últimas horas nós tivemos a demis-

são do Delegado-Chefe do Centro de Operações Policiais Especiais, Raimundo Siqueira, demissão que, precisa ser melhor esclarecida, por se tratar de um profissional, de Carreira, com 22 anos de atividade policial e profissional, e cujo comportamento, falava-me ainda há pouco o Vereador Algacy Túlio especialista na matéria policial, é exemplar, é um comportamento ilibado e que estava a serviço da sociedade paranaense; há pouco, em Campo Mourão foi seqüestrado e morto, um garoto, numa região que precisa de 300 policiais, e que conta com apenas 150!

E assim, sucessivamente!

É a melancolia do final do Governo Rícha, que aflora cada vez mais intensamente, para a decepção do Paraná, mas, para a constatação renovada daqueles que têm feito oposição a este Governo.

Eu voltarei ao assunto, Senhor Presidente.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem foi o encerramento da III Festa-Feira Agrícola e Artesanal de Morretes.

A duração desta Feira foi ao redor de 8 dias, fruto da experiência e capacidade do Prefeito Orlando Conforto, seu idealizador e a sua equipe de Governo coadjuvados pela ACARPA, esta Festa-Feira, que foi a terceira, teve um êxito surpreendente. Mais de 30 mil pessoas passaram pelas barracas comprando produtos agrícolas e artesanais, tudo isto fruto do laborioso povo de Morretes. A renda, o faturamento desses 8 dias chega à cifra astronômica, astronômica digo eu, em função de ser Morretes uma cidade de pequeno porte, e chega a quase um milhão de cruzados. Eu repito, quase um milhão de cruzados, propiciando aos produtores que vendiam seus produtos diretamente ao consumidor, propiciando as barracas que vendiam produtos, fruto das mãos de fadas das senhoras morreteanas, trabalho que chegara a impressionar pelos detalhes, pela finura, o trabalho artesanal.

Portanto aqui, neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu estou para propor um voto de louvor, já que o êxito desta Feira foi dos maiores, dos mais benéficos para aquela população.

Quero cumprimentar o Senhor Prefeito, sua equipe de Governo e a ACARPA, porque eles prestaram um grande benefício, não só a Morretes mas a toda a comunidade, a dezenas de milhares de turistas que lá compareceram. É assim que se faz política.

Política procurando levar o melhor para o seu povo, procurando fazer com que eles faturem, vendam seus produtos e dando condições e os visitantes comprar o produto a preços mais convenientes e eu tenho certeza que essa Feira se perpetuará, mais dois ou três anos com Orlando Conforto e depois com os seus sucessores.

Obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - com a palavra o Senhor Deputado de Ivaí, Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na última quarta-feira, tivemos nesta Assembléia, uma das festas mais bonitas e acontecidas dentro deste Poder Legislativo. Mas se bonita foi a festividade aqui ocorrida, nem todas as informações aqui prestadas naquele dia nos contentam e nos alegam.

O pronunciamento feito desta mesma tribuna pelo mais novo Cidadão Honorário do Paraná, José de Paiva Netto, ele informou a todos os paranaense e a todos os brasileiros, porque não dizer, de que se parássemos por seis horas apenas e tão somente os gastos que no mundo inteiro se efetuam no fabrico de armas, com esse mesmo dinheiro que é gasto em apenas seis horas dedicadas ao fabrico de armas, nós erradicaríamos de todo o mundo a varíola.

Então vejam que dado da maior importância temos para, em cima dele, fazer as nossas análises. Apenas seis horas de dinheiro gasto na fabricação de armas, poderia erradicar de todo o mundo, a varíola.

Eu digo isso porque em nosso País, no Brasil, nós estamos atravessando uma situação também problemática e muito delicada, e que nós acreditamos que se de repente parássemos de gastar dinheiro numa determinada função, numa determinada obra, quem sabe, nas obras ligadas ao setor nuclear, poderíamos também resolver este problema, com a maior facilidade; porque no passado quanto mais grave era o problema, este problema que hoje está acontecendo não acontecia. Falo, Senhor presidente, Senhores Deputados da falta gigantesca que está acontecendo, há mais de um ano, de soro antiofídico nos hospitais, nas farmácias, nas entidades ligadas ao Poder Público como um todo.

Tivemos nos últimos dias, isto foi noticiado por toda a televisão brasileira, pelos jornais, um fato ocorrido em Brasília onde um jovem, um menino, picado por uma cobra jaracuçú, primeiro perdeu sua perna, depois vitimado por uma hemorragia, veio a falecer na última sexta-feira. Em plena Capital Federal, num Hospital de Ba-

se de Brasília, um jovem morre por falta de soro antiofídico.

Nós já levantamos este problema através da imprensa do Paraná há mais de um ano atrás, embasados que fomos, naquela ocasião, pelo médico veterinário Dr. Rayaschi, do TECPAR, homem dos mais capacitados e gabaritados no fabrico e na pesquisa de novas vacinas no Estado do Paraná.

E o que portanto nos traz neste momento à esta tribuna é mais uma vez chamar as atenções de nossas autoridades também estaduais, por que não? Mas, principalmente das autoridades federais para que procurem priorizar alguns setores realmente de importância neste País. Porque é de se lastimar, é de se repreender a idéia de que num País como o nosso, onde tantas e tantas coisas já foram abolidas de nosso meio, uma pessoa, um ser humano e, principalmente um agricultor, possa vir um dia destes a morrer, não só pela influência das pressões que os bancos fazem para pagar contas, mas morrer também picado por uma cobra, sem que tenha condições de receber mínimo tratamento, que seria uma dose de soro antiofídico.

Portanto, é de se lastimar que tenham que fazer campanhas por aí para saírem à caça de cobras, em diversos municípios, para que a troca de uma cobra se receba uma ampola de soro. Temos é que investir recursos neste setor para que problemas desta natureza não mais ocorram em nosso meio e que seres inocentes e trabalhadores venham a morrer por falta de assistência tão pequena do Governo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao senhor Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, há algum tempo, já queríamos vir a esta tribuna, mas estamos envolvidos com tantos atos que o Governador José Richa vem desenvolvendo em favor do Paraná, e eu tenho que fazer referência especiais a determinadas obras que foram recém inauguradas por Sua Excelência.

É bom que se diga que José Richa deixa o Governo na próxima sexta-feira, dia 09, e está marcando sua presença na direção de nosso Estado de forma histórica. Fora os três grandes programas que vem desenvolvendo, que vem redimindo os municípios paranaenses, como o PRAM, o PRORURAL, a Eletrificação Rural, nós que representamos além da Região Metropolitana, além de Curitiba, municípios da Região Sul no dia 19 de abril, nós inauguramos o asfaltamento

da PR- 376, até Tijucas do Sul numa extensão de 18,5 km. Trouxe a reversão deste município tão perto de Curitiba que estava isolado e que durante as enchentes de 1.983 ficou completamente abandonado e sem recursos e sem comunicação.

No dia 29 de abril, juntamente com os companheiros Deputados Adhail Sprenger Passos, Nestor Baptista, Nelson Buffara, o Senhor Presidente Deputado Anibal Khury, inauguramos obras históricas as mais significativas do Município de Guaratuba. Algum Deputado, nosso colega, desta Casa, fez alusão da impropriedade do asfalto que foi feito no aeroporto e junto com este asfalto foi feita a ligação do bairro de Piçarras até o centro.

Muitas obras foram realizadas pelo Governador José Richa, obras estas que nos 30 anos anteriores, o município de Guaratuba estava completamente abandonado e pouco tinha sido feito. E agora nós estamos com 2/3 da Avenida Atlântica e, com isto nós sentimos gratificados e da mesma forma elevamos o nome do Governador ao mais alto pedestal, porque também fica histórica sua presença nos municípios litorâneos de Guaratuba.

No dia 1º de maio, nós inauguramos a maior ponte sobre o Rio Iguaçu, a ponte ligando a cidade com o bairro São Cristóvão e com a BR.476.

Tudo isto nos traz a este tribuna rapidamente e em rápidas pinceladas para dizer o que o Governador José Richa tem feito em favor do Paraná. Um Governo histórico, um Governo que marcou pelas grandes e pequenas obras e que a satisfação do povo do interior é tão grande que assim mesmo ao final do Governo estão a lhe tributar títulos de Cidadão Honorário que recebeu em Tijucas do Sul, Guaratuba, União da Vitória e tantos outros municípios.

Nós não podemos silenciar neste momento em exaltar Sua Excelência, no final do Governo por tudo que ele tem feito pelos municípios paranaenses e em especial em favor dos municípios que nós representamos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Há dias, a assessoria da imprensa da Assembléia Legislativa recebeu informe tido como distribuição da Primeira Secretaria deste Poder, no qual prestava contas do dinheiro investido no mercado financeiro brasileiro. Dinheiro este proveniente de atrasos no pagamento dos funcionários da Assembléia aos quais rendo meu preito

de homenagem e de gratidão, dinheiro este proveniente também de atraso no recolhimento da mensalidade do FEPA, contribuição esta feita pelos Deputados para fundo de aposentadoria, enfim também de lucro no investimento no mercado financeiro.

Esta informação, entregue à imprensa, baseava-se num Projeto de Resolução de n. 161/85 e foi aprovado com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, sendo Relator o Deputado Tadeu Lúcio Machado. Foi aprovado também com parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas deste Poder, sendo também Relator da Comissão de Tomada de Contas o mesmo Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Muito bem, para que não pairam dúvidas quanto a idoneidade da Mesa Executiva, deste Poder, nós estamos dando entrada num Projeto de Resolução que altera exatamente esta Resolução n. 61, que cuida de um fundo hoje na base de treze bilhões, seiscentos e onze milhões de cruzeiros antigos, ou treze milhões, seiscentos e onze mil cruzados.

Este dinheiro só pode ser aplicado para entidades beneficentes, entendendo de justiça que todos os Deputados possam também beneficentes as entidades paranaenses com este dinheiro, que é exatamente um dinheiro a fundo perdido e não ficaria justo, no meu modo de entender, de apenas a Primeira Secretaria e a Presidência pudessem manipular este dinheiro, para beneficiar as entidades a seu "bel" prazer.

Por conseguinte, este Projeto de Resolução estende a todos os Deputados o mesmo direito e as mesmas prerrogativas de poder distribuir para as entidades beneficentes de suas regiões, desde já esta importância que já está nos cofres à disposição da Mesa Executiva deste Poder. Daria em números redondos, para 58 Deputados, para cada um distribuir para as entidades beneficentes de suas regiões, aproximadamente a soma de duzentos e trinta e quatro milhões de cruzeiros.

Por conseguinte, como é um Projeto que visa beneficiar todas as entidades beneficentes do Paraná e estende a todos os Deputados as mesmas prerrogativas da aplicação beneficente deste dinheiro, nós esperamos que este Projeto de Resolução tenha o respaldo e o apoio de todos os Senhores Deputados.

Finalizando, devo estender mais uma vez o meu agradecimento aos funcionários da Assembléia, que assim terão este dinheiro que foi retardado nos seus vencimentos e lhe trazendo alguns transtornos, que ele tenha uma utilização mais apropriada em benefício das pessoas carentes do Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador):

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra à Representação do PMDB (Declina).

Concedo a palavra à Representação do PDT (Declina).

Concedo a palavra à Representação do PDS (Declina).

Concedo a palavra à Representação do PFL. Com a palavra o Senhor Deputado Jorge Maia.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Voltamos mais uma vez à tribuna no horário da Liderança, porque no horário de Liderança é possível o diálogo.

Volto a afirmar as palavras do Líder do PMDB na última reunião de sexta-feira, que, quando o Governador José Richa havia retirado, pinçado um direito dos professores, que é o 2.2. para 1.7. deu-se entrada nesta Casa, de uma Emenda do Deputado Airtton Cordeiro para que o Governo devolvesse que era de direito dos professores, o 2.2. Naquela oportunidade, dizia o PMDB que a Emenda do eminente Deputado Airtton Cordeiro era inconstitucional, mas que eles, Deputados do PMDB iriam determinar ao Senhor Governador José Richa, que fizesse vir o projeto do 2.2., que não é favor nenhum, mas, sim fruto de uma luta conseguida pelos Senhores Professores.

Mas, o Deputado do PMDB, na ocasião, para manter as suas promessas de campanha, para poder conservar a sua dignidade eleitoral, votaram favorável à EMENDA do Deputado Airtton Cordeiro, como que forçando o Senhor Governador para que mandasse o projeto do Executivo, para que a lei fosse considerada legal.

Mas, havia também os Senhores Deputados do PMDB e o Senhor Governador do Estado esquecido que a Lei n. 7.542, no seu artigo 5º, diz que o piso salarial mínimo para os Senhores Professores já é de 2.2.

Na própria campanha eleitoral, o próprio PMDB assumiu e firmou um compromisso com Senhores professores, de que o piso salarial seria de 3 salários-mínimos.

Ganhou o PMDB a eleição, tomaram posse os Senhores Deputados do PMDB; tomou posse o Senhor Governador José Richa, e o tempo passou e as promessas não eram cumpridas, e aí estamos a 3 dias do Senhor Governador deixar o governo e nenhum Deputado do PMDB, nem mesmo o próprio Governo dignou-se a cumprir uma promessa feita aos Senhores Professores, do piso de 3 salários-mínimos.

Precisamos nós da oposição pegar uma "carona", na promessa do PMDB, e entrar com uma Emenda no Projeto de Lei do Senhor

Governador, concedendo aos Senhores Professores, uma promessa deles, de 3 pisos salariais.

E o que alega o PMDB?

E o que alegam os Senhores Deputados do PMDB?

Do que não será possível por 2 motivos: primeiro, porque é inconstitucional. Mas, eu ainda acho que a maior inconstitucionalidade deste projeto é uma missão do PMDB de não votá-lo, de não cumprir as suas promessas eleitoreiras; segunda alegação- de que isso viria ferir o Orçamento do Estado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR.JORGE MAIA FILHO - Em seguida. E, agora, pergunto aos Senhores Deputados do PMDB: ouvimos pelos meios de comunicação e divulgação do Paraná, que o Governador José Richa diz deixar o Governo com um bilhão de cruzados em caixa, diz deixar o Governo com a maior safra de trigo que o Paraná já teve na sua história, e deixa o Governo também, com o maior índice de ICM do Brasil, de 17%. Então eu pergunto aos Senhores Deputados do PMDB, para onde será destinado este dinheiro? Para que deixar os cofres do Governo abarrotados de reservas, sendo que nós temos que ter, os políticos, acima de tudo, uma reserva moral para cumprir as promessas de campanha. O nosso projeto é legal, sim! É legal quando os Senhores Deputados, tanto do PMDB, quanto da Frente liberal, como do PDT e do PTB se unirem e pressionarem o Governo para que dê o prometido, os três pisos de salário-mínimo aos Senhores Professores do Paraná!

O Sr.Dirceu Manfrinato- Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR.JORGE MAIA FILHO - Concederei, primeiramente ao Deputado Airton Cordeiro, logo a seguir a Vossa Excelência.

O SR.AIRTON CORDEIRO - Ilustre Deputado Jorge Maia, eu devo, primeiramente, antecipar o meu voto favorável à Emenda de Vossa Excelência, assegurando um piso salarial para o início da carreira do Quadro do Magistério, equivalente a três salários mínimos.

Vossa Excelência, menciona já, também antecipadamente, que um argumento do PMDB, para rejeitar, provavelmente a Emenda de sua autoria, é a inconstitucionalidade. Pergunto eu, Deputado Jorge Maia, qual é a autoridade moral, política, legal, constitucional, que tem o Governador José Richa, para vetar qualquer iniciativa desta Casa,

por inconstitucional, se o Governador do Paraná não cumpriu um acórdão do Supremo Tribunal Federal, sobre o Tribunal de Contas do nosso Estado? Desrespeitou, descumpriu, uma decisão do maior e mais importante colegiado da Justiça do País! Inclusive contrariando também um Parecer da Procuradoria Geral do Estado de 1984, e até hoje, o Governador José Richa, não cumpriu esta decisão judicial!

Que autoridade tem, portanto o Governador do Estado, o Senhor José Richa, para vetar matérias de iniciativa do Poder Legislativo, entendendo-a eivada de vício de origem. Mas estamos em mais uma posição de expectativa, Deputado Jorge Maia, recentemente esta Casa aprovou Emenda apresentada à uma Mensagem do Governador que criava um cargo de Diretor de Museu, e foi aprovada uma emenda criando cargos para a Assembleia Legislativa e ao mesmo tempo aumentando a despesa com a promoção de agentes de Segurança para a categoria de detetives na Polícia Civil do Estado, sem o cumprimento de qualquer outra formalidade, desrespeitando, inclusive o Estatuto da Polícia Civil do Estado.

Deputado Jorge Maia, o que nós queremos, quando o PMDB justificar a inconstitucionalidade da iniciativa de Vossa Excelência como fez com a iniciativa de nossa autoria, nós queremos é que o PMDB justifique porque o Governador descumpriu, se omitiu vergonhosamente e se enclausurou na ilegalidade, não cumprindo um acórdão do Supremo Tribunal Federal sobre o Tribunal de Contas.

É a indagação que fica neste Plenário, cuja resposta nós esperamos tenhamos ainda durante esta Sessão.

O SR.JORGE MAIA FILHO - Um minuto, Senhor Presidente para eu concluir.

De forma alguma, nobre Deputado Dirceu Manfrinato houve intenção deste Deputado lhe negar o aparte, nós voltaremos a discutir, na Discussão do projeto. (Sem revisão o orador).

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury) - com a palavra a Representação o PCB.

Não se encontrando em Plenário, concedo a palavra à Representação do PTB. Declina.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

A Mesa, com base na Resolução n.2/71, abre prazo por 3 (três) dias consecutivos, a contar do dia 07 do corrente mês, para

oferecimento de Emenda da Proposição n. 66/86, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n. 65/86, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação acima aprovado:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 65/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 49/86), que dispõe sobre vencimentos do funcionalismo em geral, com a revisão dos vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, dos índices de saldos dos policiais civis e dos Agentes Fiscais, bem como adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação, a emenda de 2.^a discussão de autoria do Senhor Deputado Tadeu França. Aprovada.

O SR. JORGE MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Jorge Amin.

O SR. JORGE MAIA - Só uma orientação de Vossa Excelência. A Emenda sobre o Projeto de Lei n. 65/86?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre o Projeto de Lei n. 65/86.

Emenda Aditiva de 3.^a discussão de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, subscrita também pelos Senhores Deputados Antônio Annibelli, Orlando Pessuti e Tadeu Lúcio Machado, nos seguintes termos:

Emenda:

EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI N. 65/86

Inclua-se onde couber:

Art. - Os vencimentos do Delegado de Polícia de 1.^a Classe ficam acrescidos do percentual de 26%.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.
(aa) ERVIN BONKOSKI

Apoiamento: Antônio Annibelli, Orlando Pessuti e Tadeu França.

DAS ENTIDADES DE CLASSE DA
POLÍCIA CIVIL AO
DEPUTADO ERVIN BONKOSKI

Conforme entendimentos verbais mantidos com Vossa Excelência, as entidades das Classes Policiais Cíveis, reunidas, julgaram oportuno apresentarem ponderações no que diz respeito a mensagem governamental sob n. 49/86, cujo projeto de lei leva o n. 65/86, que altera novamente os índices das classes inferiores da Polícia Civil, por discordar desta medida, apresentando para tanto suas.

JUSTIFICATIVAS:

Verifica-se no referido projeto que o Poder Executivo, com a pretensão de atender a dispositivo legal remunerando com salário-mínimo as classes inferiores, propõe a elevação dos índices destas carreiras, modificando, por conseguinte, a Tabela de Escalonamento do Pessoal da Polícia Civil, inserida como anexo 2, da Lei Complementar n. 4, de 16 de maio de 1982, o que é mais grave, pela segunda vez.

Com isto, e forma intempestiva, modifica-se todo um critério, efetuado em estudos que levaram em conta aspectos relativo a escolaridade, cargo, hierarquia entre outros.

Há de se salientar, também que o critério vigente tem por referência o índice da 1.^a Classe da carreira de Delegado de Polícia.

Na pretensão governamental ocorrerá de imediato o achatamento dos valores reais de vencimentos, de baixo para cima.

Ora valores como aqueles que norteiam o critério da Lei Complementar n. 14, devem ser preservados, sob pena de termos em futuro bem próximo, a persistir este tipo de conduta, salários iguais entre a carreira de Delegado de Polícia, que serve como referência dos índices às demais, e as carreiras de menor índice.

É de se questionar então: escolaridade, cargo e hierarquia nada significam?

Deverá o "soldado" ganhar como o "general"?

Por isto Senhor Deputado, solicitamos o empenho de Vossa Excelência no sentido de propugnar pela manutenção dos índices atuais, elevando-se, isto sim, o valor do estipêndio base da carreira de Delegado de Polícia, de 1.^a Classe, no percentual de 26%, considerando-se o menor percentual na Polícia Civil, hoje no índice 26.

O cálculo em questão fundamenta-se no

fato de que o índice 26, deve corresponder o vencimento de Cz\$ 804,00 (oitocentos e quatro cruzados), valor do salário-mínimo.

ANEXO

Índice 26 (=26%) do Delegado de 1.^a Classe deve ser igual a Cz\$804,00 (salário-mínimo).

Assim:

$$\begin{array}{r} 26\% \text{ de } x = 804,00 \\ x = 804,00 \\ \hline 26\% \end{array}$$

x = 3.092,30, valor do vencimento do Delegado de Polícia de 1.^a Classe para que o índice 26 ganhe o salário-mínimo, ou seja:

$$26\% \text{ de } 3.092,30 = 803,99 \text{ aproximadamente } 804,00$$

Para isso, é necessário que o vencimento do Delegado de Polícia de 1.^a Classe seja elevado de Cz\$ 2.454,02 para Cz\$ 3.092,30, ou seja, em termos percentuais

$$\frac{3.092,30}{2.454,02} = 1,2600956$$

ou seja, aumento de 26% em seus vencimentos (1.^a Classe da carreira de Delegado de Polícia).

A Mesa encaminha à C.C.J. para transformar em projeto de lei.

O SR. ERVIN BONKOSKI - (Questão de Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência que coloque em votação esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa mantém a decisão, o projeto irá à Comissão de Justiça.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, reafirmo, esta emenda seja colocada em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa mantém a decisão.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, considerando a relevância da proposta do Deputado Ervin Bonkoski, sugiro à Mesa que coloque em votação a sua decisão, para saber qual o acolhimento dos Senhores Deputados, e, se a matéria deve ser transformada em projeto de lei, ou se deve ser votada como emenda a esta matéria que está sendo apreciada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao nobre Deputado que, a emenda de autoria do Deputado Ervin Bonkoski não tem relação com o projeto, por isso, mantém a sua decisão.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, peço o encaminhamento posterior, para um novo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi atendido

Emenda do Deputado Jorge Maia Filho que assegura o piso salarial de três salários-mínimos. REJEITADA.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Para discutir, Senhor Presidente. O Senhor não pôs em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao nobre Deputado...

O SR. JORGE MAIA FILHO - Então, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra a Vossa Excelência para a votação da emenda.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados: É visto e revisto mais uma manobra feita pela Bancada do PMDB.

Não me deram o direito de discutir a emenda, que é um direito sagrado dos Deputados, a discussão da Emenda e deu para entender.

Senhor Presidente, peço pelo menos, o mínimo, de respeito, quanto ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa mantém a palavra de Vossa Excelência mas querem informá-lo de que o seu direito de falar não foi sustado. Vossa Excelência não quis usar da palavra para discutir o projeto.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Porque Vossa Excelência não pôs em discussão, Senhor Presidente, mas, para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

informa ao nobre Deputado Jorge Maia Filho, que consulte os taquígrafos, o serviço de taquigrafia.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Acredito em Vossa Excelência para encaminhamento, então. Só peço a Vossa Excelência que me assegure o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está plenamente assegurado.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu só queria alertar bem aos Senhores professores aqui presentes de que já foi notada a intenção da Bancada do PMDB em derrotar a Emenda de minha autoria que dá os três salários-mínimos de piso salarial. E faço questão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de ler alguma coisa escrita em algum discurso, quando diz assim: "Senhor Presidente, senhores Senadores, esta reivindicação de 2.5 salários-mínimos fica ainda longe de fazer justiça aos professores, pois lá no Paraná representa cerca de vinte mil cruzeiros, quando os próprios motoristas de empresa de transporte tem um piso salarial de vinte e oito mil e quinhentos cruzeiros."

Mais uma parte deste pronunciamento escrito: "o Governo somente aceita dialogar quando se chega à greve, e assim mesmo promete e não cumpre, ardilosamente estimula seus cabos eleitorais e seus agentes a pressionarem os professores e impõem sanções descabidas."

Sabe de quem é esse discurso? É do Senhor José Richa quando era Senador da República pelo Paraná. Aquela época ele incentivava a greve, ele pedia os 2.2 e dizia que os 2.2 era salário de fome. E aqui está documentado no "Diário do Congresso Nacional", numa terça-feira quando ele era então Senador.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, infelizmente foi notada a intenção de derrotar esta Emenda, e fica aqui o nosso protesto veemente porque Senhores Políticos do PMDB foram exatamente quem prometeram os 3 salários-mínimos de piso em campanha eleitoral; foram os Senhores Políticos do PMDB que ajudaram os Senhores Professores a fazer greve; foram os Senhores Políticos do PMDB que vieram hoje enganar os Senhores Professores.

Venho aqui de forma alguma pedir aos Senhores Professores entrem em greve, de forma alguma porque o momento no País é um momento delicado que todos nós devemos colaborar. Mas que os Senhores Professores atentem para as eleições de 15 de novembro. Onde está aí o Governo que prometeu piso de 3 salários-mínimos.

Não venho fazer como fez o Governador

José Richa pedir e incentivar a greve num discurso. Venho, pelo contrário, pedir aos Senhores Professores que mantenham a calma, que mantenham a ordem, que dêem a instrução aos nossos filhos, mesmo com o sacrifício pessoal de cada um.

O que não posso aceitar são duas manobras feitas em cima de minha Emenda: uma reunião feita numa cinzena manhã de sexta-feira para que passasse no escuro o seu projeto e a minha emenda fosse derrotada. Mas, nós das oposições viemos aqui e seguimos em um acordo com a Liderança do PMDB o projeto para ser discutido hoje. Não me deram oportunidade de discutir; deram-me oportunidade apenas de falar, não me deram o diálogo porque eu iria fazer na discussão do projeto a inquisição a cada Deputado do PMDB, nome por nome, para dizer se era favorável ou contrário a Emenda dos 3 salários-mínimos de piso.

Não é preciso, Senhores Professores. Aí estão e viram toda a Bancada do PMDB como se fosse uma "vaquinha de presépio", sentando e levantando quando o Governo manda. E o Governo mandou-os votarem contra a minha Emenda. Será rejeitada a minha Emenda, tenho certeza, mas digo aos Senhores Professores: isto não rejeita a força e a vontade dos Professores lutarem por sua reivindicação justa.

Deixo aqui em meu nome e em nome do Partido da Frente Liberal, o mais alto dos protestos para esse Partido que se diz democrático, que sempre está disposto a discutir todos os problemas inerentes a esta Casa, porém hoje, tiraram-me a oportunidade.

Fica gravado o meu protesto, Senhor Presidente, e faço um apelo aos Senhores Professores:

Não desanimem, a luta é de vocês, é profunda, é forte, é firme, pressão pacífica vale! Um Estado que tem 1 bilhão de cruzados de reserva, que tem o maior índice de ICM do Brasil, poderá dar o piso de 3 salários-mínimos, aos Senhores Professores!

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Ailton Cordeiro, para Encaminhamento de Votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Para Encaminhar a Votação).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Poucas vezes durante esta Legislatura, o PMDB mobilizou a sua Bancada como hoje, para comparecer e votar a Ordem do Dia. Em poucas sessões desta Casa compareceram tantos Deputados do PMDB, como nesta segunda-feira. Não foi também por outra razão que, sorratamente, a Assembléia foi

convocada para se reunir na última sexta-feira. As razões são claras e indisfarçáveis. O PMDB quer desferir, na tarde de hoje, o golpe fatal sobre a cabeça do Magistério do Paraná, que faz uma justa reivindicação, buscando a sua melhoria salarial, a melhoria salarial de uma classe que serviu de ponte, de instrumento e de trampolim para as intenções eleitorais do PMDB, nos últimos anos, neste Estado; ante, o instrumento e o trampolim acentuaram-se mais, na campanha de 1982. Lembra-mo-nos, todos, dos movimentos reivindicatórios dos professores paranaenses, que, se estavam nas ruas, acampados, tinham, em 82, ao seu lado, ou em 81, os Deputados do PMDB, dividindo com eles a falta de conforto de cada barraca. Nas Assembléias do Magistério, lá estavam os Deputados do PMDB, bradando contra o Governo, estimulando a greve, ajudando a greve, buscando incentivar o movimento reivindicatório do Magistério do Paraná. Imaginávamos nós que, passada a tempestade, que passada a turbulência, com a conquista, pelo sacrifício dos professores paranaenses, de inúmeras vantagens, nós encontrássemos o estado ideal para o Magistério, sob o manto do Governo do PMDB, eleito em 1982!

Triste para o professorado e para qualquer político bem intencionado, constatar que hoje os professores do nosso Estado vêem o Plenário tomado por Deputados do PMDB, não para dividir as agruras do acampamento da greve, não para buscar neles o socorro de uma palavra de solidariedade, mas sim, para massacrá-los, votando contra a Emenda do Deputado Jorge Maia Filho. Já antecipou o ilustre Deputado, autor dessa Emenda, Jorge Maia, quando um dos argumentos do PMDB, é a inconstitucionalidade e eu reiterei o que falei há pouco em aparte, que autoridade tem o Governador José Richa para falar em inconstitucionalidade, se ele não cumpre uma determinação da Justiça maior deste País, através de um Acórdão do Supremo Tribunal Federal, em questão pertinente ao Tribunal de Contas do Estado.

Pergunto eu: seria porque no caso do Tribunal de Contas, os atingidos são políticos influentes, e os professores não exercem influência alguma e por isso não merecem essa consideração? Pergunto mais ainda: o argumento do Governador do Estado e do PMDB, é um argumento falível com a maior tranqüilidade, porque matérias aqui aprovadas com o mesmo caráter já subiram à sanção governamental, e mesmo que de iniciativa exclusiva do Poder Executivo pela Constituição, matéria semelhante será convalidada pelo Governador com o seu ato de Sanção, mas nós sabemos que o Governador José Richa, depois de se apropriar do potencial eleitoral dos professores para-

naenses, realmente deu as costas ao Magistério do Paraná e tanto isso é verdade que tão logo o Governo Federal editou o seu Programa de estabilidade econômica, e nós levantávamos, fazendo repercutir a posição do Magistério a necessidade de se manter o piso e o Governador José Richa generosamente, largamente e exaustivamente e até agressivamente foi aos meios de comunicação e afirmou que se este País é novo, e se o País novo requer o sacrifício de todos, porque os professores não dariam a sua quota de sacrifícios e naquele momento, Richa arquitetava roubar do professor uma fatia do seu salário, reduzindo de 2.2 salários-mínimos, para 1.7 o piso salarial.

Não há palavra, não há pronunciamento, não há discurso por mais acalorado que seja, que possa defender essa posição de uma inominável injustiça cometida pelo Governo do Estado do Paraná contra os nossos professores.

Vergonha sentimos nós sim, Senhores Deputados, quando vemos o pequeno Acre, o pobre Acre que faz sacrifício para se manter, pagar ao Magistério 3 salários-mínimos. Quando nós vemos o Governo do Rio de Janeiro, pagar 3,5 salários-mínimos enquanto que aqui no Paraná o Governador José Richa queria alterar de 2.2 para 1.7.

Mudou depois o Governador do Estado, sob pressão deste Poder, encaminhou uma mensagem que substituiu aquela nossa emenda, afinal, mantendo o piso salarial equivalente a 2.2 do valor do salário-mínimo. Não dá, não concede, não entrega nenhum benefício ao Magistério do Paraná, apenas mantém aquilo que o Magistério paranaense conquistou em 1981, quando se dizia que neste Estado se vivia sob o manto da ditadura. Foi a época de uma face do PMDB e de uma face do Senhor José Richa. Hoje nós vivemos a época diferente, a época em que todos nós, diante dos mesmos assuntos, estamos nos colocando da mesma forma, como antes, com a mesma coerência. Não mudamos. Mudou o PMDB para pior, porque se volta contra o povo e se volta contra o Magistério do Paraná.

E gostaríamos neste instante de fazer um apelo à sensibilidade dos Deputados do PMDB, que hoje estão aqui feitos um rolo compressor para esmagar a cabeça dos professores paranaenses, para que votem favoravelmente à emenda do Deputado Jorge Maia Filho, e para que permitam que resgate um compromisso sagrado com o Magistério que só não teve um retrocesso de sua política salarial graças à esta Casa, porque se dependesse do Governador José Richa hoje, seguramente, além de não encher sua panela, o professor teria que vendê-la para poder comer um sanduíche no primeiro botequim da esquina.

Isto é triste num Estado como o nosso e, sobretudo, sob o manto de um Governo que prometeu colocar as questões sociais acima de quaisquer outras.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR.OSVALDO ALENCAR FURTADO - Para encaminhar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A meta da campanha do PMDB foi a Justiça Social. O programa partidário é cheio de promessas, ou de palavras vazias, pergunto eu. O programa do PMDB é um programa voltado para a realidade brasileira e das classes trabalhadoras. As teses definidas nos palanques, nos jornais, nas rádios e televisões eram engodo, ou era uma tese que se pretendia concretizar quando chegassemos ao Poder?

O povo colocou nesta Assembléia, na bancada do PMDB, 27 novos Deputados para renovar, para fazer com que o Parlamentar paranaense se alteasse às grandezas do povo do Paraná.

O povo elegeu José Richa como Governador porque acreditou nas suas promessas de mudança. O povo elegeu a maioria peemedebista para realmente modificar as coisas no Paraná e para o paranaense. É do programa PMDB cumprir a lei. E podemos dizer e denunciar ao Paraná que o Governador José Richa não cumpre o Acórdão já mencionado pelo Deputado Airton Cordeiro, um Acórdão do Supremo Tribunal Federal que corrigia exatamente uma das denúncias que fazíamos na campanha, da imoralidade da aposentadoria dos quinze anos. E o candidato da então situação, Saul Raiz, foi usado, manipulado e manejado pelo Paraná inteiro por causa desta aposentadoria, corrigida por um Acórdão do Supremo Tribunal. E o Senhor Governador José Richa não cumpriu e não cumpre. Está por deixar o Governo sem cumprir uma decisão e poderá ser, amanhã ou depois, levado às barras do tribunal, pelo crime da prevaricação com o dinheiro público. Porque se os homens do Tribunal de Contas têm direito a ser apaniguados pelo não cumprimento de um Acórdão do Supremo Tribunal Federal, em contrapartida o PMDB se desdizendo e se descumprindo, nega exatamente à classe das mais sofridas do Paraná e do Brasil, a classe dos professores, um salário mais justo para um trabalho mais competente.

Nenhum professor, nenhum trabalhador poderá produzir um ideal se o seu salário não é justo. Se os apelos do mundo moderno ele também não pode satisfazer porque o salário é curto, o dinheiro não dá.

E o nosso PMDB da justiça social aonde se encontra? O PMDB que prometeu redimir as injustiças salariais onde se encontra? Ou o PMDB virou empregado do Governador? Será que os Deputados não são empregados

do povo? Será que não é o povo que paga nosso salário? Ou será que sai da riqueza do Governador? Por certo que não.

Seria muito bom e nesta hora pelo menos uma vez o PMDB tivesse a espinha dorsal erguida para tomar uma decisão que ele entende de justiça para com os professores do Paraná.

Mas, o comando palaciano impôs à bancada PMDB o voto contrário sob a alegação de inconstitucionalidade.

Inconstitucional no nosso entender é deixar o povo passar fome e nada fazer por ele.

Inconstitucional a meu ver é não respeitar a lei maior que é a lei da vida e não dar ao trabalhador a condição mínima do seu sustento e da sua família.

Quero dizer ao Deputado Jorge Maia Filho e subo a esta tribuna ainda como Deputado do PMDB para dizer que meu voto é favorável à sua emenda para que o professorado tenha realmente o mínimo, e é o mínimo que estão pedindo nas próprias palavras do Governador e então Senador da República José Richa, quando mencionava o 2.2., que era muito aquém do que merecia o professorado.

Pois, então, Bancada de José Richa, cumpra a palavra e o discurso do seu Governador. Se o 2.2. àquela época era insuficiente, hoje continua sendo insuficiente.

Vamos ao piso 3 (três) para os professores para redimirem o discurso do Governador e fazer justiça à classe dos professores paranaenses.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- A emenda foi rejeitada. Vinte e dois Senhores Deputados rejeitam e nove Senhores Deputados a aprovam. Rejeitada a emenda.

O SR.JORGE MAIA FILHO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu queria pedir a Vossa Excelência que pusesse em votação.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa vai proceder a verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

O SR.AIRTON CORDEIRO -(Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito que conste em ata o meu voto favorável à emenda do Deputado Jorge Maia concedendo piso salarial de 3 salários-mínimos ao magistério do Paraná.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será anotado.

Senhores Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

A Mesa faz sentir aos senhores espec-

tadores que não se pronunciem de acordo com o Regimento Interno porque esta manifestação é proibida.

Vinte e dois Senhores Deputados rejeitam a emenda. Rejeitada.

O SR. TADEU FRANÇA - (Pela Ordem) - Apenas para registrar que como professor da rede estadual de ensino, jamais poderia votar contra o piso de três salários-mínimos, porque sempre foi a luta que abracei nos tempos do magistério.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado o seu voto.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Da Proposição n. 43/86, Proposta de Emenda Constitucional, dando nova redação a alínea "c", do Inciso II, do artigo 34, conforme especifica.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
À CONSTITUIÇÃO

REDAÇÃO FINAL À
PROPOSIÇÃO N. 43/86

Art. Único - A alínea c, do inciso II, do artigo 9º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º -

I -

II -

a) -

b) -

c) - Exercer outro cargo efetivo federal, estadual ou municipal, salvo em caráter de substituição".

Sala das Comissões, em
28 de abril de 1986.

(aa) PAULO FURIATTI
Presidente

ORLANDO PESSUTI
Relator.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) - Nós queremos deixar consignado na ata de hoje, o nosso voto favorável aos três pisos dos senhores professores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente anotado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - (Pela Ordem) - Eu gostaria de anotar o meu voto favorável as três salários de piso aos professores.

O SR. WERNER WANDERER (Pela Ordem) - Voto favorável de toda a Bancada da Frente Liberal.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Voto favorável aos três salários de piso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Redação Final da Proposição 43/86. APROVADA.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas me parece que já havia sido proclamado o resultado e se Vossa Excelência acatar o pedido do eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira, eu solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder a verificação de votação, solicitada pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

22 Senhores Deputados aprovam a Redação Final. Senhores Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.

A Mesa consulta cada um dos Senhores Deputados que se encontram sentados, como votarão.

A Mesa vai proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados, requerida pelo Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, tendo aprovação da matéria, eu retiro a chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Solicito que Vossa Excelência anuncie o resultado da votação, de vez que é matéria constitucional, conseqüentemente, precisa para ser aprovada do quorum qualificado de 2/3.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao nobre Deputado que o quorum qualificado, já não prevalece porque está em Redação Final.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Eu não posso entender o raciocínio de Vossa Excelência, "data venia", de vez que se trata da matéria constitucional, se é necessário para votação em primeiro, segundo e terceiro turno, quorum qualificado de acordo com o estabelecido na Constituição Estadual, é inadmissível se pretender excluir o quorum qualificado de uma matéria de tamanha importância em Redação Final.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

informa que a matéria está em Redação Final e não é necessário quorum qualificado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)-

Vossa Excelência não pode ter esse entendimento, porque na verdade é uma violência ao texto constitucional e ao texto do Regimento Interno desta Casa. Não é possível que uma matéria de ordem constitucional seja votada sem o quorum estabelecido pela Constituição e o quorum estabelecido pela Constituição, é de exatamente 2/3, não há outro entendimento possível da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Senhora 1.^a Secretária vai proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(1.^a Chamada). (2.^a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Quarenta e um Senhores Deputados responderam a chamada, há quorum para votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Trinta e três Senhores Deputados aprovam a Redação, está Aprovada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)- Vossa Excelência pode anunciar qual é o quorum qualificado de 2/3 desta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- O quorum qualificado de 2/3 serão de 39 Deputados.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência conseqüentemente, não pode considerar esta matéria aprovada, porque não atingiu o quorum de 2/3.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Emenda n. 5 da Constituição do Estado deu nova Redação ao parágrafo 2.^o, do artigo 24, que diz o seguinte: - A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver em ambas as votações 2/3 dos membros da Assembléia Legislativa. Nós apenas estamos votando a Redação Final...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)- Vossa Excelência pode continuar com a assessoria da Mesa e prestar outras informações que eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Resolução 2/71, no seu parágrafo 3.^o do Artigo 199, diz o seguinte: - A proposta e as emendas aprovadas retornarão à Divisão Especial para elaborar a Redação Final, não exigem o quorum qualificado para Redação Final.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)-

Vossa Excelência não pode querer que uma Resolução da Assembléia Legislativa tenha força para modificar o exposto e o estabelecido na Constituição Estadual. É claro, Senhor Presidente, quando determina que as emendas à Constituição tenham um quorum de 2/3 para que se possa alterar quaisquer dispositivos constitucionais.

Vossa Excelência fez referência a uma emenda à Constituição que não trata da votação e da Redação Final, sabe Vossa Excelência como sabe a Casa que o processo legislativo, completa-se, aprimora-se aperfeiçoa-se, na medida em que haja a votação em Redação Final, conseqüentemente, não havendo número de 2/3 dos Deputados presentes, qualquer aprovação desta matéria significará, em última análise, uma violência ao texto constitucional, não podendo ser alegado, em defesa da tese esposta da por Vossa Excelência, quaisquer modificações em termos de Regimento Interno da Assembléia.

O SR. NILSO SGUAREZI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Tem a palavra o Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente: quer me parecer, que houve um pequeno equívoco na contagem dos votos presentes. A Senhora Secretária ao anunciar a presença, pela chamada nominal registrou a presença de 42 Senhores Deputados. Vossa Excelência constatou de que a votação foi por unanimidade. Quer me parecer então, de que suplantou-se o número do quorum mínimo dos 2/3 da Casa com a presença dos 42 Senhores Deputados que estavam presentes. Parece-me que houve na verdade, um erro, na contagem dos Senhores Deputados, porque a votação foi unânime.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Presidência, tendo em vista a Emenda n. 15, à Constituição do Estado, que é clara, e diz o seguinte: A propósito será discutida e votada em dois turnos; considerando-se aprovada quando obtiver em ambas as votações, 2/3, dos votos dos membros da Assembléia Legislativa. Isso aconteceu.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - O entendimento de Vossa Excelência, ao interpretar este dispositivo Constitucional, pratica-

mente elimina a necessidade de uma Emenda Constitucional vir à Redação Final.

Vossa Excelência há de compreender, não se trata, Senhor Presidente, nem de disposição pessoal da minha parte, em criar problemas para a aprovação da matéria. Tanto que votei favoravelmente, tendo em vista os argumentos apresentados por um dos interessados à matéria.

Mas, o que não se pode é tentar driblar a Constituição, o Regimento Interno desta Assembléia. Por isto, eu faço um apelo a Vossa Excelência para que esta matéria não seja impugnada posteriormente, pelos meios legais e judiciários à disposição de qualquer cidadão.

Solicito a Vossa Excelência que mantenha a decisão de se respeitar a Constituição nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, a palavra com o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Solicito que volte a anunciar por gentileza, a matéria que está sendo discutida, e sobre o que trata, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Proposta de Emenda Constitucional folha azul do avulso, Proposição 43/86.

Redação Final da Proposição 43/86, Artigo Único. alínea "c" do inciso 2.º, do Artigo 9.º, passa a vigorar com as seguintes redações:

Se exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal, salvo em caráter de substituição.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente: De acordo com o Artigo 197, do Regimento Interno, não se fala em votação, em Redação Final, ou está ou não está dispensada a Redação Final. Se há necessidade da votação da Redação Final, é preciso que manha os 2/3 porque nós já estamos cansados. Há pouco tempo nós aprovamos por esta Casa uma alteração da Lei, do Código Judiciário, e que foi interpretado uma parte como inconstitucional pelo Tribunal de Justiça, e não cumprido.

Nós já temos aqui aprovado também, os 20% do Fundo Penitenciário, considerado inconstitucional, que já está com o recurso no Supremo.

Então, nós não podemos cometer o erro de desmoralizar esta Casa. Então, nós te-

mos que verificar, ou há necessidade de votação ou não há. Se houver, eu não tenho nada contra o projeto, em absoluto, nós votamos favorável à emenda. O que nós precisamos verificar é se há necessidade de votar em redação final ou não. Se houver necessidade, precisa ter os dois terços.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há necessidade de votação em redação final, mas sem quorum qualificado. A Mesa mantém a sua decisão e está aprovada a emenda.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência não é possível uma interpretação desta natureza que não faz ao seu passado político, a sua respeitabilidade pessoal e a sua função de Presidente em exercício nesta Casa. Vossa Excelência não pode, sob pena de rasgar a Constituição, de considerar aprovada uma matéria que se exige quorum de dois terços não havendo dois terços em Plenário. Ou Vossa Excelência pode entender ao contrário de qualquer análise de bom senso feito à Constituição, que são necessários dois terços para as duas votações e na última não.

É evidente, Senhor Presidente, que esta interpretação contraria o texto da Constituição, contraria o bom senso e, sobretudo, vai fazer com que a Assembléia esteja legislando ao arrepio da Constituição Estadual. E Vossa Excelência, como todos os Parlamentares desta Casa, tem a obrigação de cumprir a Constituição, pois foi isso que juramos ao assumir o nosso mandato.

Eu peço a Vossa Excelência que não considere esta matéria aprovada por lhe faltar o indispensável quorum qualificado de dois terços.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa mantém a sua decisão, e suponhamos que o quorum qualificado para aprovação desta emenda não exista na sessão de hoje, então a matéria seria rejeitada, contrariando o artigo 15 que eu acabei de ler, que foi aprovado em dois turnos. A Mesa mantém a sua decisão e está aprovada em Redação Final.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, desejo que conste nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o meu voto contrário e o meu protesto pela decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Constará nos Anais da Casa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito inclusive da Presidência da Assembléia Legislativa

Curitiba, segunda, em 05.05.86.

uma certidão detalhada da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa vai fornecer a Vossa Excelência detalhadamente a sua decisão, inclusive invocando os artigos já citados.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 164/85, de autoria dos Deputados Nilso Sguarezi, Djalma de Almeida A. César e Dirceu Manfrinato, que estende o direito de COMPRA E VENDA, por intermédio da Secretaria da Educação, a todos os alunos excepcionais matriculados em escolas especializadas, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e da C.E., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 214/85, autoria do Deputado Antonio Martins Annibelli, que proíbe o uso do fumo nas dependências das Escolas, Creches e Praças de Esportes do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 138/85, de autoria dos Deputados Nilso Sguarezi, Anibal Khury e Nelson Buffara, que institui prêmio anual denominado "ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ", destinado ao Concurso Paranaense de Fanfarras e Bandas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 03/86, (Mensagem n. 11/86, Ex-Proposição n. 28/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio sob n. 122/85, celebrado em 09.12.85, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias do Planejamento e dos Transportes e do DER e a SUDESUL, objetivando a execução de obras destinadas à recomposição do sistema na área impactada pela formação do Reservatório da Hidrelétrica de Itaipu. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 04/86, (Mensagem n. 08/86, Ex-proposição n. 30/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com os Municípios e datas que especifica visando a transferência de recursos financeiros e de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa solo-cimento. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 05/86, (Mensagem n. 22/86- Ex-Proposição n.42/86)- oriundo do PARECER APROVADO POR

UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio SES/mtb n. 60/85, celebrado em 18.11.85, entre a União, através dos Ministérios do Planejamento e do Trabalho e o Estado do Paraná, através da Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários, visando manter intercâmbio financeiro para o desenvolvimento de projetos de criação de Emprego de Renda a Cargo dos Estados e Municípios. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 206/85, de autoria do Deputado Homero Oguido, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Londrina área de formato irregular medindo 1.496,31 m², do Distrito de Warta, do referido Município, para a construção de uma quadra esportiva destinada à Educação e dá outras providências. com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 218/85, e autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, que dispõe sobre a criação do Parque Estadual PAPA JOÃO PAULO II, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 12/86, de autoria do Deputado Antônio Annibelli e outros, que denomina de "RODOVIA DEPUTADO DOMÍCIO SCARAMELLA", a estrada PR.446 que liga União da Vitória-Porto Vitória à Bituruna. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 06/86, (Mensagem n. 03/86, Ex-Proposição n.24/86)- oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o 1.^o Termo aditivo de 29.11.85 do convênio celebrado em 26/08/85, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, com vistas à prorrogação do prazo de vigência e a complementação de recursos de ajuste originário que ter por escopo a execução do projeto de Cadastramento Industrial para elaboração do catálogo de produtos paranaenses. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 07/86, (Mensagem n. 06/86, Ex-Proposição n. 27/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE, da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio celebrado em 17.09.85, entre o Estado do Pa-

Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, com a interveniência do Museu Paranaense e o Município de Curitiba, com a interveniência da URBS e do IPPUC, com objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 08/86, (Mensagem n. 10/86, Ex-Proposição n. 32/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio n. 0018/85, celebrado em 22.11.85, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, objetivando a execução do Projeto de Implantação e Melhoria de Infra-estrutura de Áreas para a população de Baixa Renda na Região Metropolitana de Curitiba. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 11/86, (Mensagem n. 18/86, Ex-Proposição n. 39/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Trânsito DETRAN e a EMOPAR com os Municípios que especifica, visando a construção de prédios destinados a abrigar as sedes das Circunscrições Regionais de Trânsito - CI-RETRANS. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 10/86, (Mensagem n. 16/86- Ex-proposição n. 37/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio DEPEN n. 34/85, celebrado em 23.12.85, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Justiça, visando a melhoria e modernização dos serviços de segurança pública, através de veículos e equipamentos para as polícias militares e civil. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 09/86, (Mensagem n. 14/86- Ex-proposição n. 35/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados em 30.12.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná- SUCEPAR, com as partes e objetivos adiante mencionados. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE- (Anibal Khury) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zakui Jorge, ocorrido no dia 28 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente,

solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Damázio Ferreira Mayer, ocorrido no dia 28 de abril do corrente ano, no Município de São Mateus do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Selusnak, ocorrido no Município de Mandirituba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quiêlse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Lourenço da Silva, ocorrido no Município de Bocaiúva do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Eduardo do Nascimento, ocorrido em Kaloré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei n. 30/86, que proíbe aos estabelecimentos da rede estadual de ensino a cobrança de taxas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 75/85, que cria o Conselho Estadual de Suinocultura. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Proposição n. 66/86, que dispõe sobre Alteração da Constituição Estadual. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 25/86. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Diretor Regional do INCRA e Secretário da Agricultura, encarecendo urgência no assentamento dos Sem-Terra acampados no Distrito de São Pedro, Município de Toledo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antonio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o início ainda neste semestre, do trecho asfáltico entre os municípios de Missal e Santa Helena. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expe-

diente, solicitando votos de congratulações ao Presidente do Instituto do Câncer do Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de louvor, pelo transcurso do 10.º aniversário de fundação do jornal "O Paraná", do Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Dr. Nelson Roberto Plácido e Silva Justus, pela sua assunção na Presidência da COHAPAR. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente solicitando votos de congratulações pela inauguração da Ponte Deputado Domício Scaramella, no Município de União Vitória. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo "A Máfia do Bebê", publicado no Jornal "O Paraná", do Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de telegrama aos Srs. Presidente da República e Ministro da Saúde, encarecendo a liberação de fabrico e comércio de bebidas dietéticas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando alteração na data de outorga do Título de Cidadã Benemérita à Prof. Pompília Lopes dos Santos, do dia 28 de maio para o dia 04 de junho do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação da Estrada do Cerne, do KM 51 até o Município de Castro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo a instalação de unidades de recepção e armazenamento de produtos agrícolas, através da verba do Pró-Rural, nos Municípios de Arapoti, Ipiranga, Ortigueira, Piraí do Sul, Reserva e Sengés. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente,

solicitando voto de louvor, pela passagem do 30.º aniversário de fundação da Federação Paranaense de Futebol de Salão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de Altamira do Paraná a Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a sinalização da BR-369, no trecho entre os Municípios de Campo Mourão e Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo melhorias na sinalização da BR-369, no trecho entre os Municípios de Campo Mourão e Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente solicitando o envio de expediente, ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a construção de uma Escola para Técnicos Agrícolas no Município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação, encarecendo agilização na distribuição do livro "Reflexã e Ação" 7.ª Série, para as escolas do Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelo êxito da III Festa Feira Agrícola e Artesanal, do Município de Morretes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Non Buffara, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Sr. Prefeito do Município de Morretes, pela realização da 3.ª Festa Feira Agrícola e Artesanal. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, encarecendo liberação de recursos, através dos canais competentes, para a Secretaria da Agricultura. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente,

diente, solicitando votos de congratulações, ao Sr. Vice-Prefeito do Município de Londrina, pelo excelente desempenho à frente da Secretaria Geral da Prefeitura, daquele Município. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para terça-feira, dia 06, às quinze horas, para entrega de Título de Cidadã Honorária do Paraná a Excelentíssima Senhora Risoleta Tolentino Neves e uma sessão ordinária para quarta-feira, dia 07, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.65/86

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 206/85, 218/85 e 12/86

e dos Projetos de Resolução ns. 06/86, 07/86 e 08/86

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução ns 09/86, 10/86 e 11/86.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MÁRIO PEREIRA, EM SESSÃO DO DIA 05 DE MAIO DE 1986.

A MÁFIA DO BEBÊ

(Para onde vão nossas crianças)

DONIZETTI ADALTO

Em 1978 a revista TIME, uma das maiores publicações dos Estados Unidos, trouxe uma manchete que scandalizou o mundo: o Brasil tinha 16 milhões de menores abandonados. Hoje o mundo ficaria mais escandalizado ainda. De acordo com dados da Frente de Defesa dos Direitos da Criança, um organismo criado e dirigido pelo vice-prefeito de São José dos Campos, Hélio Augusto de Souza, o Brasil tem hoje 36 milhões de menores carentes, dos quais 4,5 milhões sem qualquer vínculo familiar; de mil crianças que nascem, 72 morrem nos primeiros meses de vida; oito milhões em idade escolar estão fora das escolas e mais de 15 mil menores estão presos, confinados pela prática de crimes.

Diante desse quadro e considerando que o país tem sido incapaz de resolver a problemática do menor fica difícil condenar as adoções por casais estrangeiros. Até porque adotar, como definiu Cícero, é pedir a religião e a lei aquilo que da natureza não se pode obter. De um lado, tem os menores abandonados; de outro, casais estéreis, improdutivos, porém cheios de

amor pra dar.

As adoções são legais e esse prática vem de um período já anterior a Cristo. O que não se pode admitir é a comercialização de crianças, o comércio tétrico de carne humana, viva, inocente. Isto é crime, e dos bárbaros. Se assim não fosse, o Brasil poderia incluir a exportação de bebês na pauta da Cacex, com recursos gerados, saldar boa parte de sua dívida externa, já que, aqui o "produto" é abundante e com um "excedente" inigualável. Seria cômico se não fosse trágico se deparar com bebês ostentando, no pescoço, plaquetinhas com a inscrição "já vendido" e, no peito, um carimbo "Made In Brazil".

O tráfico de crianças é uma triste realidade no Brasil, gerando, para as Arlete Hilú da Vida, uma economia invisível, não tributável, de bilhões de dólares. A máfia de bebê, com ramificações em vários países da Europa, tem logrado êxito, desgraçadamente, com a participação criminosa de autoridades afeitas ao enriquecimento ilícito. A revista Veja, em sua edição do dia 23/04/86, informa que Ruti Raz, um israelense que comprou dois meninos no Brasil, revelou ao jornal Haaretz o segredo da impunidade de Arlete aqui. "Paguei a Arlete pelo serviço e ela pagou ao juiz de menores e ao secretário do juizado para apressar a documentação. Com meus próprios ouvidos escutei o juiz afirmar que não esquecemos a sua parte".

É preciso abrir os olhos para esse crescente interesse por menores brasileiros. Esta enxurrada de crianças rumo ao exterior, em muitos casos ao arrepio da lei, configura-se uma afronta a Soberania Nacional e deveria suscitar um sentimento de tristeza, para não dizer repugnância. Não é porque somos impotentes para resolver a aflitiva situação do menor, que teremos que assistir, pacíficos, mergulhados num mutismo nojento a saída de nossas crianças, pelas alas internacionais dos aeroportos. É urgente se preservar a vida e dar condições dignas de sobrevivência ao menor. Em meu terceiro livro, Pel e Mel, deixei bem claro que ninguém foi cagado ou cuspidor: o menor abandonado, por exemplo, é filho do modelo econômico excludente. Não quero me ater a esse discurso exaustivo, analisando um sistema míope em relação aos problemas sociais, mas entende que é bom senso se buscar, na Constituinte que vem aí, uma solução corajosa para as nossas 36 milhões de crianças carentes. A propósito, já está em elaboração uma Carta Nacional em Defesa dos Direitos da Criança, que será enviada ao Congresso Nacional como subsídio aos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Mas a coisa não pode parar por aí.

Seria interessante se criar institutos

que dificultem adoção por estrangeiros. E para isso existem muitos argumentos indefensáveis. O principal deles, afora a questão dos intermediários que engordam seus bolsos, é a seleção rigorosa que fazem. A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Cascavel, chamou atenção, através de seu presidente Antonio Arnaldo de Bona, para o fato de que os estrangeiros estão levando as crianças brancas, de olhos azuis, olhos verdes, crianças perfeitas, transbordando saúde física, sem defeitos visíveis.

E não é diferente. Quem teve um tempinho na vida para visitar o Recanto da

Criança de Cascavel sabe disso. O Joãozinho, pretinho, ninguém leva. A Maria, a paralítica, ninguém quer. A Rosa, a surda, que nunca ouviu uma palavra de amor, terá que contentar com os préstimos do Recanto. O Afonso, cego, não verá também os céus da Europa.

Que me perdoem, mas vou encerrando, porque uma lágrima, incontida, vem deslizando de mansinho. Pode revelar uma fraqueza minha mas não abafa a minha coragem de denunciar os mercadores de crianças, ainda que isto venha custar minha própria vida.